

# PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DO ACÚMULO NO GTP DA ABEPSS SOBRE QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA, AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL

Suenya Santos

## Introdução

O presente capítulo apresenta uma análise da produção de conhecimentos na área do Serviço Social, sobre as temáticas que versam sobre questões agrária, urbana e ambiental, divulgada nos encontros da categoria profissional e mapeada pelo Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social, vinculado à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Faz-se importante recuperar que os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)<sup>1</sup> compõem uma estratégia criada há 12 anos no âmbito da nossa entidade acadêmico-científica com o objetivo de promover a articulação entre pesquisadores/as, capilarizando debates fundamentais para a formação e o trabalho profissional, buscando aprofundar e atualizar reflexões sobre a realidade social marcada pela sociabilidade capitalista, a particularidade da nossa formação sócio-histórica e o trabalho profissional imerso na dinâmica contraditória da sociabilidade vigente.

Um dos grandes desafios ao longo dessa trajetória do GTP tem sido o exercício da construção de reflexões e análises que rompam com a fragmentação entre as ênfases agrária, urbana e ambiental no trato da *questão social*. Reivindica-se, portanto, uma abordagem metodológica inspirada no método marxiano, e afirmada nas Diretrizes Curriculares para a formação em Serviço Social, que compreende as expressões da questão social nos territórios rurais, urbanos e ambientais em sua (bio)diversidade, ou seja, considerando sujeitos, biomas, fauna, flora e o conjunto de bens naturais, como uma totalidade dialética. Indubitavelmente, a organização partilhada entre instituições de ensino e conselho profissional para a realização desse II Seminário Habitação na Amazônia e Seminário Nacional Serviço Social na Habitação, ocorrido em 2021 e sediado na Universidade Federal do Pará/UFPA, expressa, por meio da sua programação, um avanço significativo na interação dialética supramencionada.

A análise aqui apresentada percorrerá um caminho com uma divisão pedagógica que suscita algumas reflexões a partir do que vem sendo produzido nessas áreas temáticas, problematizando os seguintes eixos: o debate sobre *questão social*; projeto de ciência e educação na atualidade; balanço crítico da produção em Serviço Social, considerando a

---

<sup>1</sup> São espaços dinâmicos para o estímulo à elaboração, produção e circulação de conhecimentos na área de Serviço Social, sendo articulações autônomas de pesquisadores a partir de grupos, núcleos e redes de pesquisa, que se vinculam organicamente com a ABEPSS. Ao longo dos 12 anos de história dessa estratégia institucional, ocorreram alguns rearranjos e atualmente são oito grupos vinculados à entidade, sendo eles: Trabalho, questão social e serviço social; Política social e serviço social; Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional; Movimentos sociais e serviço social; Questões agrária, urbana, ambiental e serviço social; Serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, feminismo, raça/etnia e sexualidades; Ética, direitos humanos e serviço social; Serviço social, geração e classes sociais (<https://www.abepss.org.br/gtps.html>. Acesso em: 15 fev. 2022).

construção da dialética entre as ênfases a partir de mapeamento do GTP Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social.

## **Questão social em sua processualidade histórica e na particularidade brasileira**

Indicamos como um ponto de partida inescapável para a fundamentação da formação e do trabalho profissional de assistentes sociais a compreensão sobre a tríade dialética das questões agrária, urbana e ambiental enquanto uma totalidade, categoria do método em Marx (CARDOSO *et al.*, 2021). O debate sobre a centralidade da *questão social* como objeto do Serviço Social tem valorosas contribuições, dentre as quais destaco a de Marilda Iamamoto, que vem se dedicando a sua compreensão e a sua relação com a profissão há mais de 40 anos. Segundo a autora, a *questão social* é intrínseca às relações sociais capitalistas correspondendo à expressão ampliada das desigualdades sociais, fruto da riqueza socialmente produzida pelo trabalho coletivo e sua apropriação privada por setores da burguesia. Faz-se importante compreender a dinâmica da produção e da reprodução social da *questão social* que envolve a centralidade do trabalho e projetos societários que expressam diferentes interesses de classes na condução das políticas econômicas e sociais, especialmente a partir da fase monopólica da acumulação capitalista. Em suas palavras:

Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea. Requer, no seu enfrentamento, a *prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes maiorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção da esfera pública.* (IAMAMOTO, 2021, p. 184, grifos originais).

Destaca-se que, apesar de a *questão social* ser considerada a partir de uma perspectiva crítica à economia política do capital, como instituída nos marcos do capitalismo monopolista, é preciso compreender sua processualidade histórica e sua particularidade em cada formação socioeconômica. Ao abordar sobre a, assim chamada, acumulação primitiva, Marx (1984) indicava que um rastro de violência foi cunhado no surgimento do capitalismo, ou seja, a monetarização como mediação central das relações sociais teve a marca de sangue de muitos segmentos populacionais. Federici (2017) complementa que, na transição do capitalismo comercial para o industrial, há que se resgatar a misoginia como um pilar da acumulação primitiva através da dominação dos corpos das mulheres nos processos de cercamentos de terras na Europa, tendo como um símbolo marcante o movimento, promovido pelo próprio Estado, de caça às bruxas e da colonização de outros continentes, por meio da escravização de povos e não remuneração do trabalho reprodutivo.

Dessa forma, a acumulação capitalista tem essa marca originária indelével, passando pela industrialização marcada pela lógica concorrencial dos mercados, avançando pelo período monopólico marcado pela conciliação da acumulação de capital com direitos para os trabalhadores, a partir da sua organização política, até chegamos a sua fase mais recente de recrudescimento dos direitos na era neoliberal, com a retomada ofensiva de formas de

acumulação por espoliação (HARVEY, 2014) ou por expropriação (FONTES, 2010). Ou seja, na contemporaneidade, sob a égide do capital financeiro, bens naturais, direitos e serviços também se tornam ativos desse mercado, que se soma à extração de mais valor de um número menor de trabalhadores pela via do assalariamento, avançando sobre territórios, ampliando a superexploração da força de trabalho e a degradação ambiental para a produção de *commodities*, como forma de manutenção das taxas de lucratividade. Destaca-se que, em cada fase da acumulação capitalista, o Estado assumiu uma funcionalidade a partir da correlação de forças própria da luta de classes em cada formação socio histórica.

Ao longo da processualidade histórica do capital, a relação entre sociedade civil e Estado vem ganhando novas configurações. Na fase concorrencial do capitalismo industrial, a ideologia liberal conduzia a resposta do Estado ao pauperismo, que negava as políticas sociais para afirmar o livre mercado, cabendo-lhe o zelo pela propriedade privada, pela liberdade de vender a força de trabalho. Contudo, a partir de crises recorrentes, a saída foi a concentração de capitais por meio de criação de monopólios, e um Estado que passa a intervir nos conflitos sociais através de políticas públicas, sofrendo pressão pelo crescimento e pela ampliação da organização de trabalhadores via sindicatos e partidos políticos, com forte protagonismo na Europa. Distante de uma perspectiva revolucionária, há uma pactuação entre capital e trabalho, naturalizando as relações produtivas e sociais, por meio do reconhecimento e ampliação de direitos de cidadania, configurando uma perspectiva Keynesiana.

Não obstante, as lutas e resistências que demandaram intervenção estatal na promoção e garantia de direitos aos trabalhadores e segmentos subalternos não foram e não são suficientes para a inclusão de todos na dinâmica do desenvolvimento econômico e social e as crises próprias dos circuitos de acumulação de capital se renovam para reajustar a acumulação e concentração de capitais à custa da vida e dos direitos de trabalhadores/as em suas múltiplas formas de produção e de vida. A expressiva experiência do Welfare State, de implementação de políticas keynesianas, entre o final da II Guerra Mundial e os anos 1960 em parte da Europa, denota esta análise, tendo em vista seu limite histórico e geográfico<sup>2</sup>. Dito isso, interessa-nos abordar a fase mais recente de desenvolvimento capitalista que, após a crise do capital que se instaura a partir da década de 70 do século XX, indica como saída o ajuste neoliberal que, sob a hegemonia do capital financeiro, pauta-se na reestruturação produtiva, reorganizando os processos de trabalho por meio de alto investimento em tecnologia em determinadas áreas, flexibilizando leis trabalhistas, desregulamentando mercados, abrindo processos de privatização de empresas e serviços públicos, reduzindo brutalmente o investimento público em políticas sociais.

Na particularidade brasileira, a questão fundiária é central no desenvolvimento do capitalismo pois a concentração fundiária não foi empecilho à industrialização e urbanização. Ao contrário, houve uma integração dialética, nos termos de Oliveira (2011), entre o arcaico e o moderno, com grande liberação de mão-de-obra no campo, barateando o valor da força de trabalho nas cidades, já que o mercado de trabalho não absorveu todos os migrantes, favorecendo à acumulação de capital por meio da superexploração da força de trabalho e degradação ambiental. Yamamoto recorda que “a revolução burguesa no País

---

<sup>2</sup> Para aprofundamento, conferir BEHRING, E e BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. 6ª ed. São Paulo: Cortez editora, 2009. (Biblioteca Básica de Serviço Social; vol. 2).

nasce marcada com o selo do mundo rural, sendo a classe dos proprietários de terra um de seus protagonistas” (2008, p. 136). Dessa forma, enquanto na Europa se avançava nos direitos de cidadania, aqui prevaleciam relações de dependência, configurando particularidades no desenvolvimento do capitalismo e das lutas de classes em cada formação sócio-histórica.

Essa compreensão é fundamental para que possamos avançar nas análises sobre a realidade social, particularmente no Brasil e na América Latina, não apenas no passado, mas igualmente na contemporaneidade. Yamamoto (2008) já anunciava que o assistente social precisa identificar as formas concretas de manifestação na *questão social* na América Latina, que é diferente do processo europeu. Por aqui, indígenas, negros, trabalhadores urbanos e rurais, mulheres, entre outros segmentos, “se constroem e se diferenciam nas histórias nacionais” (p. 146). O chão que dá materialidade às lutas desses sujeitos na América Latina tem como fundamento a apropriação privada e excludente da terra, com características peculiares. No Brasil, a concentração fundiária estrutura a questão social, pois o poder sobre a terra, e que avança cada vez mais na mercantilização do conjunto dos bens naturais, traduz-se na concentração do poder político, decidindo quem tem acesso aos territórios e aos direitos humanos e sociais. Assim, a forma como a propriedade e o uso da terra se estruturou no Brasil, a partir da Lei de Terras em 1850, tornou-se um instrumento de controle sobre a força de trabalho. Ou seja, trata-se de um poder que incide direta ou indiretamente sobre a vida e a morte dos segmentos subalternos, no campo e na cidade, imersos em biomas cada vez mais espoliados pela lógica predatória do capital.

Nos marcos do neoliberalismo, o recurso ideológico à retórica da cultura da crise é ativado para justificar que as respostas às expressões da questão social sejam compartilhadas entre o Estado e a iniciativa privada e organismos reguladores do mercado para combater a pobreza. Esse contexto incide diretamente no trabalho do assistente social que é convocado a implementar e viabilizar direitos com orçamentos insuficientes para a operação de políticas e serviços sociais públicos. Portanto, tal contexto renova e radicaliza a *questão social*, tornando ainda mais relevante a identificação dos sujeitos que lutam, seja pela redução das desigualdades, seja pela superação do sistema que a cria e retroalimenta as desigualdades. Nesse sentido, a privatização das terras no país cria uma legião de sem terras e sem direitos, sem autonomia, de maioria negra que, desde então, estão em processos de luta e resistência. Mas precisamos atentar que associado à questão fundiária, as questões étnico-racial, patriarcal e ambiental estruturam a questão social brasileira. Esse entendimento é importante para o assistente social, contribuindo com ferramentas analíticas que favorecem ao enfrentamento da cultura de despolitização forjada em décadas de neoliberalismo, quando as desigualdades oriundas do desemprego, das espoliações, das desigualdades, das perdas de direitos se aprofundam. Mesmo diante de um cenário de precarização do trabalho, que atinge o assistente social, essa leitura da realidade social é fundamental para que o profissional não se limite às políticas institucionais, burocratizadas e busque fortalecer as lutas sociais. Nos termos de Yamamoto:

Assim é fundamental *estimular inserções sociais que contenham potencialidades de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública*. Essa proposta requer ações voltadas ao fortalecimento de sujeitos coletivos, dos direitos sociais, e a necessidade de

organização para a sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços na sua efetivação. (2008, p. 199-200, grifos originais).

Na atualidade, o resgate do trabalho de base, ancorado na metodologia da educação e da comunicação popular, ou seja, em que haja de fato troca e diálogo e não transmissão de conhecimento sob uma lógica hierárquica, faz-se essencial na construção de uma perspectiva democrática que contribua para aumentar as fissuras na sustentação da sociabilidade vigente. No que se refere à questão urbana, os assistentes sociais, a partir do entendimento da *questão social* como objeto da profissão, têm tido uma contribuição histórica e elementar no fomento às lutas pelo direito à cidade, sendo fundamental entendê-la não como um átomo, mas dialeticamente relacionada com as questões agrária e ambiental.

### **Projeto de ciência e educação em disputa na atualidade**

No Brasil, a graduação em Serviço Social existe desde 1936 e a pós-graduação, apesar de iniciativas autônomas desde os anos de 1930, institucionaliza-se na década de 1970, tendo como marco a criação da primeira pós-graduação em Serviço Social em 1971, na PUC/SP (GARCIA e NOGUEIRA, 2017). Destaca-se que a pós-graduação em Serviço Social no Brasil contribuiu no processo de superação da hegemonia do conservadorismo presente na formação profissional de assistentes sociais e na luta por um projeto de educação referenciado socialmente pela luta das classes trabalhadora e subalterna.

Segundo o artigo 207 da Constituição Federal do Brasil de 1988: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. A inclusão da extensão como uma dimensão da educação superior é fruto da luta por reforma educacional, com forte protagonismo estudantil desde os anos de 1960 e inspiração na educação popular de Paulo Freire. Contudo, nos marcos no neoliberalismo a distribuição orçamentária é desigual entre ensino, pesquisa e extensão e, na atualidade, os desafios para um projeto de universidade ancorado na educação popular se avolumam diante dos cortes sistemáticos ao financiamento das políticas públicas, o que inclui a política de educação no país.

Retomar o princípio constitucional e as disputas em torno do projeto de educação para o país é importante pois penso não ser possível falar de pesquisa e produção de conhecimentos descolado de um projeto societário que defenda a autonomia e soberania dos povos, o que inclui a autonomia no âmbito da produção de conhecimento. Autonomia que vem sendo profundamente ameaçada na atual conjuntura, mas que, na verdade, é um braço ideológico do capital de longa data. Cabe resgatar que o projeto da expansão comercial, pela via da escravização e colonização, veio acompanhado de uma perspectiva eurocêntrica de trabalho, de produção de conhecimento, como bem nos lembra Anibal Quijano, inventando a categoria raça que hierarquiza os povos, classificando raças superiores e inferiores, modernas e primitivas.

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou

mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (QUIJANO, 2005, p. 126).

Dessa forma, a colonização não foi apenas de territórios, mas de corpos, de culturas, de práticas e de conhecimentos servindo de linha condutora do desenvolvimento do capitalismo. Refiro-me a nossa conhecida trajetória rumo ao “progresso” cujo rastro de violência, de apagamentos e invisibilização, de extermínios e de sangue não é passível de esquecimento. Ao contrário, esse rastro alimenta a permanência das lutas rumo à construção de uma nova sociabilidade que se contraponha à lógica de que determinados segmentos sociais, assim como determinados biomas, são um empecilho, um obstáculo a esse modelo de desenvolvimento. A partir, portanto, desse processo de violência, o que permanece posto é a luta em defesa da vida, dos bens comuns e toda a sua biodiversidade, contra a lógica colonial, estruturada a partir da dominação de classes, do racismo e do patriarcado, sustentada pelo capital e seu domínio sobre o Estado, como a instância da política institucional cujas decisões interferem direta ou indiretamente na vida cotidiana, abrindo caminhos para a realização dos interesses econômicos do capital e suas frações da burguesia, a despeito dos limites éticos, políticos, ecológicos que a própria realidade impõe em seu movimento dialético. A despeito, portanto, da vida, humana e ambiental.

O binômio *banalização da morte e barbarização da vida* vem aprimorando suas formas de perversidade ao ponto de as formas de violência cercarem os sujeitos e as coletividades, seja de forma direta, pelo extermínio, cujas determinações étnico-raciais, de gênero, de classe, são consideradas ameaça social, seja pela retirada ou subfinanciamento de direitos básicos, afetando o acesso à saúde, a exemplo do atual escândalo de como o Governo Federal vem lidando com a pandemia da covid-19, à educação, à cultura, ao lazer, ao trabalho e renda, à seguridade social, à assistência social, ao meio ambiente. Para trazer a questão específica da educação e da ciência, é importante lembrar da aprovação pelo congresso nacional em 2016 da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que congela o gasto com políticas sociais por 20 anos, que somado à Lei de responsabilidade fiscal, resulta no entendimento e na naturalização de que os direitos constitucionais não cabem no orçamento da União. Contudo, o mesmo perfil político conservador e neoliberal da bancada congressista, que condenou a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, ao *impeachment* pelas chamadas “pedaladas fiscais”, aprovou a PEC dos precatórios no final de 2021 visando o ano eleitoral de 2022 e o reforço político do governo de Jair Bolsonaro para driblar a lei de responsabilidade fiscal, garantindo recurso para o Auxílio Brasil. A medida aprovada tem um claro apelo eleitoral, tendo em vista que na prática o que vem ocorrendo nos últimos anos é a redução de gastos públicos para um conjunto de políticas como saúde, educação, meio ambiente, dentre outras. Em se tratando das áreas de ciência e tecnologia e educação:

Na Educação, os investimentos públicos caíram em termos reais de R\$ 109 bilhões em 2018 para R\$ 106 bilhões em 2019 – queda que poderia ter sido evitada caso o valor total autorizado, de R\$ 123 bilhões, tivesse sido executado integralmente. O fomento à pesquisa, por exemplo, registrou perda de metade

dos recursos da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O orçamento da Capes caiu de R\$ 9 bilhões em 2015 para R\$ 4,5 bilhões em 2019. (GERBASE, 2021, não paginado).

Em 2021, a queda livre dos recursos para políticas públicas permaneceu. Segundo portal do ANDES-SN: “o orçamento destinado à Educação sofreu corte de 27% em relação ao ano passado, ficando em R\$74,56 bilhões. A área de Ciência e Tecnologia sofreu corte ainda maior, com diminuição de 28,7% em relação aos recursos executados em 2020, ficando com apenas R\$8,36 bilhões”. Na prática, além de afetar diretamente as condições de trabalho nas dimensões do ensino/pesquisa/extensão e a autonomia intelectual, o que envolve a própria produção de conhecimentos, também afeta a vida de estudantes com cortes de bolsas de pós-graduação e de assistência estudantil.

Dar visibilidade a este panorama é fundamental pois a produção de conhecimentos tem uma determinação histórica e material, necessitando do fundo público para a sua viabilidade conforme os preceitos constitucionais supracitados. E o tempo presente em que nosso conhecimento vem sendo produzido é marcado pelo aviltamento da vida, dos direitos humanos e sociais, para garantir lucratividade para setores da burguesia cada vez mais capitaneados pelos ditames da lógica financeira e rentista, como as próprias escolhas do Governo Federal de corte orçamentário em áreas estratégicas em plena pandemia da covid-19. A crise do capital, caracterizada pelo saque permanente, seja da terra, seja de renda, seja do fundo público, é um fenômeno mundial, que na conjuntura atual apela ao ultraconservadorismo na política para fazer valer tais interesses. Na periferia do mundo globalizado a realidade é ainda mais dolorosa, sobretudo se considerarmos a herança recente de governos ditatoriais. Na atualidade, mediante o contexto do domínio do binômio da banalização da morte e barbarização da vida, que marcam a *questão social* é aviltante que a resposta governamental seja a moralização (com forte sustentação em determinados grupos religiosos) e militarização da política. Cabe ainda registrar que, além de alterações legais que vêm modificando políticas e programas sociais e ambientais, a gestão dos ministérios que sobraram, tendo em vista a extinção, como o das Cidades, o do Ministério do Desenvolvimento Agrário, das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e outros, está nas mãos justamente de militares e religiosos. O quadro se torna ainda mais grave, pois houve esvaziamento das instâncias participativas de controle social, sendo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que tem um importante histórico de contribuição no combate à fome no país, o primeiro alvo desse desmonte.

Ouso afirmar que a expressão máxima da *questão social*, por meio da violência e do extermínio paulatino, progressivo e permanente é a FOME, sobretudo se considerarmos que se trata de um país com amplas terras cultiváveis e que ocupa o primeiro lugar na produção de carne bovina e o segundo na produção de grãos. É o país onde, diferente da propagando midiática, o Agro não é Pop, o Agro é Fome. Penso que qualquer reflexão hoje que tenha como horizonte uma práxis para além do capital e das próprias políticas públicas (ainda que a luta por elas, nos marcos dessa sociabilidade, seja fundamental, pois são frutos da riqueza produzida socialmente), passa por compreender os fundamentos das múltiplas fomes que nos cercam, seja do alimento, da água, do território, da moradia, do

conhecimento, do lazer, da segurança, do afeto, dentre outras tantas. Em “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels trouxeram uma importante reflexão ao indicar que é a base material da existência que possibilita a formação de consciência. Nesse sentido afirmam:

[...] devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2012, p.32-33).

Destaca-se que a sociabilidade capitalista cria uma contradição em que há produção suficiente para alimentar a população mundial, mas em função dos processos de espoliação de terras e do conjunto dos bens naturais, do desemprego estrutural, da crise climática e seus efeitos sobre a produção agropecuária e, conseqüentemente, sobre as *commodities* e a inflação, parte importante da população humana não tem acesso à renda para adquirir alimentos e tão pouco acesso à terra e à água para produzi-los. Essa é uma realidade presente nos países na periferia do capitalismo globalizado, que ficam à mercê de políticas paliativas, ditadas pelos interesses dos organismos financeiros internacionais. Em nome do lucro, a fome nos marcos do capitalismo é um fenômeno econômico, político, social que vem se renovando, e gerando outras fomes, inclusive de luta. Nesse sentido, marca a vida de muitas pessoas não apenas em função da classe social, mas da cor da pele, do gênero, da sexualidade.

Dessa forma, além dos cortes na educação e ciência e tecnologia, que são fundamentais para o desenvolvimento do país com autonomia intelectual, com uma produção de conhecimentos socialmente referenciada pelas demandas da classe trabalhadora, buscando responder às expressões particulares da *questão social*, temos cortes em políticas sociais que incidem diretamente sobre a vida dos segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social. Então, pensar o direito à cidade, na atualidade, passa pela compreensão sobre a diminuição da renda familiar da classe trabalhadora e segmentos populares, considerando que 21% da população vive sem renda do trabalho, 19 milhões se encontram em situação de fome, a taxa de desemprego está na casa dos 12%, com inflação por volta de 10% no final de 2021. Esses números e taxas se traduzem no aumento de conflitos fundiários e socioambientais que revelam o crescimento dos sem trabalho, dos sem renda, dos sem-teto, dos sem-terra. Por outro lado, esse cenário é vivenciado não apenas por opressão e dominação, mas também por lutas e resistências. A exemplo, a campanha Despejo Zero, lançada em junho de 2020, é fruto de uma articulação mais de 175 organizações, movimentos, entidades, da cidade e do campo como reação à política de despejo em pleno contexto da pandemia. Em função dessa articulação em rede nacional, 106 casos de despejos foram suspensos e, portanto, mais de 22.868 famílias estão, por enquanto, fora das ruas. Por outro lado, ocorreram mais de 27.600 remoções e mais de 132.290 famílias estão sob ameaça de despejo. Esses dados se referem ao período de março de 2020 a fevereiro de 2022 e mostram que o próprio Estado é agente da violação de

direitos, contribuindo decisivamente para a manutenção do binômio banalização da morte e barbarização da vida.

Mediante uma realidade tão complexa, é temerário que o país reduza o orçamento de institutos de pesquisa, das agências de fomento à pesquisa, e da educação em sua totalidade. Tais instituições devem estar a serviço de observar, mapear, sistematizar, analisar e propor políticas para o conjunto das demandas sociais, com autonomia.

Recuperando a primeira parte deste artigo, abordamos sobre a concentração fundiária como um pilar estruturante da *questão social* que gera uma série de desigualdades em diversos biomas nas cidades e nos campos, com profundos efeitos socioambientais. Aos assistentes sociais cabe uma contribuição fundamental não apenas na reflexão, mas no desenvolvimento de metodologias pedagógicas de base popular junto aos serviços socioassistenciais e aos movimentos sociais e organizações populares que transcendam a lógica burocrática do direito, que tenham como base a compreensão sobre a concentração fundiária, e suas opressões étnico-raciais, patriarcais e ambientais.

É nesse chão que a formação e o trabalho profissional em Serviço Social vêm se construindo e que a produção de conhecimento é convocada a entender e desvelar as contradições presentes no desenvolvimento do capitalismo de maneira a fortalecer as lutas sociais. Contudo, esse cenário de ultraneoliberalismo, de privatizações e de cortes no orçamento para as políticas públicas, as condições de trabalho dos assistentes sociais e de docentes não tem colaborado para as pausas necessárias para estudos, reflexões, debates, sistematizações, trocas e sínteses de toda a potência que a nossa profissão porta. Ainda assim, nossas entidades constroem há mais de quatro décadas o projeto ético-político profissional, que tem como um de seus princípios a superação da exploração e opressão de classe, etnia e gênero. Portanto, ao longo das trajetórias das nossas entidades, vêm se ampliando os debates e as ações estratégicas para o fortalecimento desse projeto profissional nos âmbitos da formação e do trabalho profissional. Na ABEPSS uma das estratégias tem sido a articulação de pesquisadoras e debates por meio dos Grupo Temáticos de Pesquisa.

### **Balço crítico da produção de conhecimentos em Serviço Social – contribuição do GTP questões agrária, urbana, ambiental e serviço social da ABEPSS.**

O Grupo Temático de Pesquisa sobre questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social existe desde 2010, quando essa estratégia de articulação entre pesquisadores/as e de fortalecimento das temáticas foi criada. O levantamento das produções sobre essas ênfases temáticas nos eventos da categoria e em outros espaços é uma das atribuições da coordenação do GTP como forma de identificarmos os avanços, mas, também, lacunas nos debates pertinentes à formação e ao trabalho profissional. Consideramos como os principais eventos de apresentação de trabalhos científicos no âmbito do Serviço Social, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), além de revistas científicas e banco de trabalhos de pós-graduação (Catálogo de Teses e Dissertações, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Capes). O número de apresentações de trabalhos,

considerando todas as temáticas, seja na modalidade de comunicação oral, pôster ou mesa coordenada, vem aumentando nos CBAS. Em 2019, o CBAS realizado em Brasília reuniu mais de 4,7 mil assistentes sociais e mais de 1.800 trabalhos. Dessa forma, faz-se importante um esclarecimento metodológico acerca dos levantamentos. Ao longo da nossa história fizemos levantamento do que foi publicado nos Anais dos Enpess nos anos 2004, 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016 e 2018 (devemos lembrar que, em função da pandemia, não houve o encontro em 2020), nos anais dos CBAS nos anos 2004, 2007, 2010 e 2013, e em revistas acadêmicas de níveis A1 a B2 entre 2005 e 2016 e trabalhos de conclusão de pós-graduação entre 2013 e 2017. Os trabalhos dos Enpess (até 2016) e dos CBAS foram identificados pelos títulos dos trabalhos, eixo temático, resumo e autoria. Contudo, a partir do Enpess de 2016, incluímos as principais referências bibliográficas e as tendências dentro de cada ênfase temática<sup>3</sup>.

Nota-se que esse levantamento da produção de conhecimentos nos espaços supracitados constitui um material precioso, que será objeto de análises futuras mais aprofundadas e adensadas, apresentando indicadores potentes que são reveladores dos avanços e das lacunas teórico-metodológicas na formação profissional de assistentes sociais. Por ora, apresento a processualidade dos levantamentos realizados em cada gestão<sup>4</sup>, considerando que, a depender da fonte do material, utilizou-se uma metodologia específica.

No caso dos CBAs e Enpess, tomamos como base os respectivos anais de publicações, identificando, inicialmente, entre os anos 2004 e 2014 a quantidade de trabalhos por ênfase temática, conforme os quadros abaixo apresentam:

**Quadro 1 – CBAS 2004/2013**

CBAS	Ênfase agrária	Ênfase urbana	Ênfase ambiental	Total/ano
2004	14	14	12	40
2007	17	31	16	64
2010	29*	27	17	73
2013	19	12	23	54
<b>Total por ênfase</b>	79	84	68	231

\*5 trabalhos dialogam com questão ambiental

Fonte: ABEPSS. *Relatórios de gestão do GTP Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social*. Biênios 2015-2016 e 2017-2018.

<sup>3</sup> Registra-se que tiveram participação ativa nesse processo de levantamento seu aprimoramento por meio da inclusão de novos elementos para a sistematização e análise das produções, as docentes Joana Valente (UFPA), Cristina Bezerra (UFJF) Tatiana Dahmer (UFF/Niterói), Tania Diniz (Unifesp/Baixada Santista/BS) e Suenya Santos (UFF/Rio das Ostras).

<sup>4</sup> Importante registrar as contribuições dos sujeitos na condução do GTP: 2010/2012: Maria das Graças e Silva (UFPE), Perci Coelho (UnB), Raquel Sant'ana (Unesp-Franca) e Maristela Dalmoro (UFRJ); 2013/2014: Cristina Bezerra (UFJF), Débora Nascimento (UFAM), Joana Valente (UFPA), Tânia Godoi Diniz (Unifesp – BS) e Tatiana Dahmer (UFF); 2015/2016: Cristina Bezerra (UFJF), Maria das Graças e Silva (UFPE), Joana Valente (UFPA), Tânia Diniz (Unifesp – BS), Tatiana Dahmer (UFF); 2017/2018: Cristina Bezerra, Joana Valente e Suenya Santos (UFF) e formação de coordenação ampliada; 2019/2020: Isabel Cardoso (UERJ), Raquel Sant'Ana e Suenya Santos; 2021/2022: Isabel Cardoso, Mailiz Garibotti, Socorro Chaves (UFAM), Matheus Thomaz (UFF). Se num primeiro momento os trabalhos ainda ficavam concentrados na coordenação colegiada, a coordenação ampliada passa a contribuir na condução do GTP por meio de representações regionais. Recomenda-se fortemente o acesso ao material do GTP na página da ABEPSS, como os relatórios, ementas. Recomenda-se também a leitura dos artigos nas revistas *Temporalis* e produções mais recentes em editoras da área, além do material audiovisual das *lives*, que ganham destaque sobretudo no contexto do trabalho remoto.

**Quadro 2 – Enpess 2004/2014**

ENPESS	Ênfase agrária	Ênfase urbana	Ênfase ambiental	Total/ano
2004	11	16	7	34
2006	8	20	8	36
2008	11	21	14	46
2010	13	36	24	73
2012	26	48	35	109
2014	12	52	34	98
<b>Total/ênfase</b>	81	193	122	396

Fonte: ABEPSS. *Relatórios de gestão do GTP Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social*. Biênios 2015-2016 e 2017-2018.

Após 2016, passamos a identificar, também, por tipo de apresentação: mesa coordenada, comunicação oral ou pôster, conforme quadro abaixo:

**Quadro 3 – Enpess 2016**

ENPESS 2016	Ênfase agrária	Ênfase urbana	Ênfase ambiental	Agrário e urbano
Mesa coordenada	2	3	-	1
Comunicação oral	16	31	16	-
Pôster	3	3	1	-
<b>Total</b>	21	37	17	1

Fonte: ABEPSS. *Relatórios de gestão do GTP Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social*. Biênios 2015-2016 e 2017-2018.

Ademais, neste ano iniciamos o trabalho de mapear essas temáticas apresentadas em outros GTPs. Com isso, identificamos nos seguintes eixos temáticos: *Movimentos sociais e serviço social*: 8 trabalhos, sendo 4 na ênfase agrária e 4 na ênfase urbana; *Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidade*: 5 trabalhos, sendo 1 sobre gênero, 2 sobre indígenas, 1 sobre quilombolas, 1 sobre questão ambiental. Mais um pôster sobre mulher indígena; *Ética, direitos humanos e Serviço Social*: 1 trabalho sobre segurança alimentar e nutricional; *Trabalho, questão social e Serviço Social*: 1 trabalho sobre saúde do trabalhador rural.

**Quadro 4 – Enpess 2018**

ENPESS 2018	Ênfase agrária	Ênfase urbana	Ênfase ambiental	Ênfase agrária e urbana
Mesas coordenadas	-	3	-	-
Comunicação oral	13	26	19	9
<b>Total</b>	13	29	19	9

Fonte: ABEPSS. *Relatório de gestão do GTP Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social*. Biênio 2017-2018.

No ENPESS de 2018 tivemos ainda uma mesa coordenada no eixo temático *Trabalho, questão social e Serviço Social*. Sobre as comunicações orais tivemos: 2 no eixo *políticas sociais*, 6 no eixo *Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidade*; 1 no eixo *fundamentos e*; 2 no eixo *movimentos sociais*. Sobre os pôsteres tivemos 6 no eixo *questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social*, 1 em *fundamentos e* 1 em *política social*.

Neste ano, além de darmos continuidade a identificar a incidência dessas ênfases nos outros eixos temáticos, passamos a mapear as principais referências teóricas como mostra o quadro abaixo:

**Quadro 5 – principais referências teóricas Enpess 2018**

<b>Principais referências teóricas</b>	
<b>Ênfase agrária</b>	David Harvey, Heleieth Safioti, José de Sousa Martins, José Paulo Netto, Karl Marx, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Rui Mauro Marini, João Pedro Stédile, Elaine Behring, Ivanete Boschetti, Octavio Ianni, Raquel Sant’Ana, Bernardo Fernandes, Ariovaldo Umbelino, Maria das Graças Lustosa, Paulo Alentejano, Caio Prado Jr.
<b>Ênfase urbana</b>	David Harvey, Henri Lefebvre, Ermínia Maricato, Karl Marx, Marilda Yamamoto, Octavio Ianni, Mauro Iasi, Jean Lojkine, José Paulo Netto, Rui Mauro Marini, Raquel Rolnik, Antônio Gramsci, Rosângela Paz, Loiq Wacquant, Robert Castell, Michel Foucault, José de Souza Martins, Ana Elizabeth Mota, Maria Lucia Duriguetto, Potyara Pereira, Lucio Kowarick, Mike Davis.
<b>Ênfase ambiental</b>	David Harvey, Henri Acselrad, José Paulo Netto, Karl Marx, Enrique Leff, José, Graziano da Silva, Maria das Graças e Silva, Milton Santos, Michael Löwy, Istvan Mészáros, Guilherme Foladori, Ignacy Sachs, Elaine Behring, Ivanete Boschetti, Marilda Yamamoto, Rui Mauro Marini, Sergio Sauer, Pierre Bourdieu.

Fonte: Levantamento realizado por Suenya Santos em 2020.

Destacamos que Anibal Quijano apareceu uma vez na ênfase urbana e uma vez na ênfase ambiental. Esse registro é importante em função dos possíveis diálogos entre o marxismo e o pensamento decolonial. Ademais, agregamos ainda sobre a produção apresentada no Enpess de 2018 temáticas específicas dentro de cada ênfase e o foco do debate, indicando as seguintes *tendências* presentes nas diferentes modalidades de apresentação e eixos temáticos: sujeitos – 32 trabalhos; sujeitos e políticas – 23 trabalhos; política – 22 trabalhos; formação e exercício profissional – 21 trabalhos; integração entre as ênfases – 2 trabalhos; violação de direitos – 1 trabalho.

De uma maneira geral, as produções na ênfase urbana constituem maioria nos eventos da categoria profissional. E, no último Enpess, percebe-se um movimento importante ao trazer à tona não apenas as políticas, mas os sujeitos que enfrentam cotidianamente a *questão social*. Os relatórios das primeiras gestões do GTP informavam sobre a forte presença das produções com foco no Estado e políticas públicas, com um acréscimo significativo na ocasião do lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida. Outro elemento identificado desde as primeiras gestões foi sobre a importância da interlocução com os demais GTPs, em especial da temática trabalho e questão social, movimentos sociais, relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidade, ética e direitos humanos. Por isso, desde 2016, passamos a buscar as ênfases sobre questão agrária, urbana e ambiental nos demais eixos temáticos.

Já nas pós-graduações, entre os anos 2013 e 2017, foram produzidos 2.545 trabalhos de conclusão de curso dentre os quais, 88 abordaram a ênfase agrária, 91 a ênfase urbana e 40 a ênfase ambiental. Com destaque para as principais referências bibliográficas conforme consta no quadro abaixo:

**Quadro 6 – Principais referências teóricas TCCs e Pós-graduações em Serviço Social (2013-2017)**

<b>Principais referências teóricas</b>	
<b>Ênfase agrária</b>	David Harvey, José Paulo Netto, Karl Marx, João Pedro Stédile, Ariovaldo Umbelino, Milton Santos, Maria de Fátima Gomes, Maria Helena Rauta Ramos.
<b>Ênfase urbana</b>	Milton Santos, David Harvey, Henri Lefebvre, Ermínia Maricato, Friedrich Engels, Maria de Fátima Gomes, Luiz César Ribeiro, Jean Lojkin, Raquel Rolnik, Ana Clara Torres Ribeiro, Nabil Bonduki, Otilia Arantes, Carlos Vainer.
<b>Ênfase ambiental</b>	Enrique Leff, Guillermo Foladori, Carlos Frederico B. Loureiro, Istvan Mészáros, Alfredo Wagner de Almeida, Maria das Graças e Silva.

Fonte: ABEPSS. *Relatório de gestão do GTP Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social*. Biênio 2017-2018.

Por fim, realizamos, ainda, um levantamento das revistas online na área de Serviço Social e conhecimento multidisciplinar utilizando como procedimento metodológico as revistas qualificadas em A1, A2, B1 e B2 no repositório de periódicos das Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superiores (Capes), em língua portuguesa, no período entre os anos 2005 e 2016. As revistas pesquisadas foram: Revista *Katályses*; Revista *Serviço Social & Sociedade*, qualificadas como A1; Revista *Argumentum*; Revista *Em Pauta*; Revista de Políticas Públicas; Revista *Ser Social*; Revista *Textos e Contextos*; Revista *Sociologias*, qualificadas como A2; Revista *Temporalis*; Revista *Estudos Avançados* B1; Revista *Libertas*; Revista *O Social em Questão*, qualificadas como B2.

Para a escolha dos trabalhos, foram pesquisados os sumários dessas revistas, selecionando artigos nas ênfases temáticas do GTP. Na sequência os resumos foram lidos, totalizando 201 artigos, dentre os quais 103 correspondem à ênfase urbana; 72 à ênfase ambiental e 26 à ênfase agrária/rural. Ainda que a temática urbana prevaleça, diferentemente dos anais dos eventos da categoria e das pós-graduações no período supracitado, a ênfase ambiental é bem superior que a agrária/rural, merecendo um olhar investigativo futuro.

Por fim, cabe ainda destacar que as referências teóricas identificadas se situam no campo do pensamento crítico, contribuindo significativamente para a compreensão sobre a concentração fundiária nos marcos da financeirização da economia. Contudo, temos avançado no debate sobre a particularidade da *questão social* brasileira, cuja concentração fundiária se funde com a questão étnico-racial, patriarcal e ambiental. Dessa forma, parecemos ainda tímido o movimento de buscar chaves analíticas em diálogo com o pensamento decolonial crítico que, na América Latina, origina-se com José Carlos Mariátegui. Ou seja, faz-se importante indicar que os estudos sobre patriarcado, feminismos, povos originários e questões étnico-raciais têm colaborado para a compreensão de que a questão social se estrutura a partir de domínios e conflitos, não apenas de classe, mas de gênero e divisão sexual do trabalho, de raça e etnia. Uma abordagem decolonial que tem tido incidência na produção de conhecimentos em Serviço Social nos permite esse adendo importante em diálogo com o acúmulo marxista na própria América Latina, com destaque para a teoria da dependência. A ampliação plural, sob hegemonia de uma perspectiva emancipatória, anticapitalista, dessas investigações, reflexões, debates, formulações é fundamental para o fortalecimento do campo progressista no interior da profissão, enfrentando de forma qualificada, aportada na realidade e seus movimentos de lutas e resistências, as forças conservadoras que, igualmente, resvalam na profissão.

## Considerações finais

Nota-se a importância da atualização permanente do balanço crítico sobre a produção de conhecimentos em Serviço Social, incorporando novos elementos que colaborem na identificação não apenas quantitativa, mas qualitativa dos avanços na formação profissional, mas também de suas lacunas. A luta pela qualificação profissional passa pela defesa da democracia, do pluralismo, da autonomia intelectual, que devem nortear as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão na produção e divulgação de conhecimentos. Dessa forma, a construção do projeto ético-político profissional envolve a luta pela construção de uma educação autônoma e popular que favoreça a emancipação humana e, portanto, a superação da sociabilidade que funda a *questão social*. Nesse movimento, devemos nos dedicar a compreender a realidade brasileira e latino-americana, buscando nossa particularidade, com chaves analíticas forjadas pelo pensamento crítico latino-americano, fortalecendo os sujeitos que estão na luta cotidiana, sofrendo ameaças constantes.

O GTP questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social tem contribuído na construção dessa tríade dialética como método de análise da realidade social. Ademais, busca interlocução com os demais eixos temáticos para que a formação profissional seja, cada vez mais, um espaço profícuo de trocas e de produção de conhecimento, referenciado pelas demandas sociais e pelas lutas dos segmentos populares que se colocam no enfrentamento à mercantilização da vida, na defesa dos territórios, dos bens naturais, das políticas públicas, ameaçados permanentemente pelo modelo econômico vigente. Na América Latina esse se ancora no agronegócio, na mineração e na produção de petróleo e gás, produzindo *commodities* em detrimento da vida humana e do conjunto da biodiversidade.

## Referências

ABEPSS. **Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social**. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/gtps/tema-5/apresentacao-26>. Acesso em: 15 fev. 2022.

ABEPSS. **Relatório GTP Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social**.

Disponível em:

[https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio\\_gtp\\_questao\\_urbana\\_20142016\\_final\\_comanexos-201810301533490247190.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio_gtp_questao_urbana_20142016_final_comanexos-201810301533490247190.pdf). Acesso em: 15 fev. 2022.

ABEPSS. **Relatório GTP ABEPSS Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social**. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/questao-agraria\\_relatorio-final-da-coordenacao-do-gtp-qaua\\_20172018-201912021625300884390.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/questao-agraria_relatorio-final-da-coordenacao-do-gtp-qaua_20172018-201912021625300884390.pdf). Acesso em: 15 fev. 2022.

ANDES. **Congresso aprova orçamento de 2021 com cortes para Ciência, Tecnologia, Saúde e Educação.** 26 mar. 2021. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/congresso-aprova-orcamento-de-2021-com-cortes-para-ciencia-tecnologia-saude-e-educacao>. Acesso em: 8 mar. 2022.

BEHRIG, E.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em:

CARDOSO, I. C., *et al.* Diretrizes curriculares e produção de conhecimento sobre questões agrária, urbana e ambiental. **Temporalis**, Brasília, n. 42, p. 277-292, jul./dez. 2021.

DESPEJO ZERO. **Campanha Despejo Zero. Balanço dos dados até fevereiro de 2022.** Disponível em: <https://uploads.strikinglycdn.com/files/ebb1e782-bb8b-47f9-82d2-1e747cb2bdf/S%C3%ADntese%20Despejo%20Zero%20fevereiro%202022%20-%20final.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

FACHIN, P. 43 milhões de brasileiros, ou seja, 21%, vivem sem renda do trabalho. **Instituto Humanistas Unisinos**, São Leopoldo, 24 nov. 2021. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/614709-43-milhoes-de-brasileiros-ou-seja-21-vivem-sem-renda-do-trabalho-entrevista-especial-com-waldir-quadros>. Acesso em: 28 mar. 2022.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV Ed. UFRJ, 2010.

GARCIA, M. L. T.; RIBEIRO, V. M. R. Reflexões sobre a pós-graduação em Serviço Social no Brasil através do perfil dos docentes. **Katál**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 145-154, mai./ago. 2017.

GERBASE, L. O que o orçamento público diz sobre o governo Bolsonaro até agora? **BR BOELL**, Rio de Janeiro, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2021/02/26/o-que-o-orcamento-publico-diz-sobre-o-governo-bolsonaro-ate-agora>. Acesso em: 17 mar. 2022.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *In*: DURIGUETTO, M. L.; IAMAMOTO, M. V. (Orgs.). **Serviço social: questão social, território e política social.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital fetiche** – capital financeiro, trabalho e questão social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. *In*: MARX, K. **O capital** – crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista** – O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2011.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Argentina: Clacso, 2005. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 17 mar. 2023

SANTANA, J. V. Questão urbana e habitacional e pós-graduação em Serviço Social no Brasil. **Serviço Social**, Londrina, v. 21, n.1, p. 217-238, jul./dez. 2018.